



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

INEZ ANDRADE NASCIMENTO

**INCLUSÃO/EXCLUSÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS
EDUCATIVAS**

**CAMPINA GRANDE – PB
2013**

INEZ ANDRADE NASCIMENTO

**INCLUSÃO/EXCLUSÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS
EDUCATIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Ms. Livânia Beltrão Tavares.

**CAMPINA GRANDE - PB
2013**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB.

N244i Nascimento, Inez Andrade.

Inclusão/exclusão [manuscrito] : uma reflexão sobre as práticas educativas . / Inez Andrade Nascimento, 2013.

32 f. il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2012.

“Orientação: Profa. Ma. Livânia Beltrão Tavares, Departamento de Pedagogia”.

1. Inclusão Social na Escola 2. Exclusão Social 3. Educação I. Título.

21. ed. CDD 371.9

INEZ ANDRADE NASCIMENTO

INCLUSÃO/EXCLUSÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS
EDUCATIVAS

Aprovado em: 05 / 09 / 2013

Banca Examinadora:

Luciana Belts Torres

Profª. Ms. - UEPB
(Orientadora)

Elaine de Lourdes Correia

Profª. - UEPB
(1ª Examinadora)

Diana Sampaio Braga

Profª. - UEPB
(2ª Examinadora)

RESUMO

Atualmente tem sido discutida intensamente a questão da inclusão nas escolas, apresentando-se como uma solução para a inserção de pessoas com alguma particularidade especial (deficiência ou dificuldade). É certo que a inclusão para ser efetiva precisa de um trabalho longo e questionar vários fatores que permeiam a problemática. Primeiro, para entender a inclusão, é primordial compreender os processos exclusivos: como se efetiva em nossa sociedade? Quem são os excluídos? Como podem ser incluídos? Será que na prática existe inclusão, será que esta realmente inclui ou exclui? É preciso um entendimento aprofundado, e refletir estes termos de maneira crítica, principalmente na educação escolar, é necessário por em evidência a qualidade da educação de forma mais ampla, interrogar se a escola pública brasileira está preparada para atender a estes alunos. A reflexão a partir destes questionamentos nos impulsionou a analisar a problemática da inclusão no contexto da escola, na perspectiva das professoras, realizou-se pesquisas em escolas da rede particular e pública da cidade de Campina Grande-PB, em busca de conhecer melhor a realidade da inclusão/exclusão. Para nortear nossa pesquisa nos baseamos em Barroco (2007) que acredita que a lógica da exclusão ainda precisa ser analisada de uma maneira mais crítica e ampla “precisa, ainda, ser mais abordada e compreendida, subsidiando as propostas e intervenções pedagógicas voltadas para os interiores das salas de aula.” Figueiredo(2008) acredita que a “perspectiva da educação inclusiva os sistemas de ensino devem organizar para oferecer a todas as crianças, não somente o acesso e a permanência na escola, mas também, os serviços educacionais que forem necessários para garantir a aprendizagem escolar”. Nossa pesquisa busca uma reflexão inicial sobre as mudanças de valores, atitudes e práticas educacionais que devem ter dentro das instituições escolares para atender a todos os estudantes, sem nenhum tipo de discriminação, assegurando qualidade de educação. O discurso de inclusão segundo as professoras, está ainda só no papel, mesmo diante de tantas conquistas através das manifestações e decretos de lei.

Palavras-chaves: inclusão, exclusão, reflexão.

ABSTRACT

Currently have been intensively discussed the issue of inclusion in schools, presenting itself as a solution for the integration of people with some special characteristic (disability or difficulty). Admittedly inclusion to be effective needs a long and questioning various factors involved in the problem. First, to understand the inclusion, it is essential to understand the unique processes: how to be effective in our society? Who are excluded? How can they be included? Does it exist in practice inclusion, does this really include or exclude? It takes a deep understanding of , and reflect these terms so critical , especially in school education, it necessary to show in the quality of education more widely , to question whether the Brazilian public school is prepared to serve these students . The reflection from these questions prompted us to examine the issue of inclusion in the school context, the perspective of the teacher, conduct research in schools of the private and public in the city of Campina Grande-PB, in search of better understand the reality of inclusion / exclusion. To guide our research we rely on Barroco (2007) believes that the exclusion logic still needs to be analyzed in a more critical and comprehensive "must also be addressed and understood, supporting the proposals and educational interventions directed to the interior the classroom. " Figueiredo (2008) believes that the " perspective of inclusive education and systems should arrange to provide all children, not only to enter and remain in school , but also the educational services that are necessary to ensure school learning . " Our research seeks an initial reflection on the changes in values , attitudes and educational practices that should be inside educational institutions to cater to all students without any discrimination, ensuring quality education. The discourse of inclusion according to teachers, is still only on paper, even with so many demonstrations and achievement through the edicts of the law.

Keywords : inclusion , exclusion , reflection .

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
METODOLÓGIAS/METODOS.....	08
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
• HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	09
• INCLUSÃO VERSOS EXCLUSÃO.....	13
• INCLUSÃO ESCOLAR.....	14
• PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	17
• PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO.....	20
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	31

INTRODUÇÃO

Atualmente tem sido discutida intensamente a questão da inclusão nas escolas, apresentando-se como uma solução para a inserção de pessoas com alguma particularidade especial (deficiência ou dificuldade). Como estamos em uma época de incentivo à inclusão, é necessária uma reflexão, principalmente na lógica da educação escolar.

A escola tem um longo e complexo trabalho em vista superar a exclusão, valorizando o indivíduo como cidadão participativo, independente da sua condição como sujeito, para tal deve haver novas concepções de sociedade, educação, indivíduo e coletividade. É fundamental que o professor realmente acredite em uma possível participação da criança e seja um incentivador, tanto das crianças especiais, quanto das outras que convivem com elas.

A lei garante direito de todos terem uma educação inclusiva, porém deve haver mudanças de valores, atitudes e práticas educacionais para atender a todos os estudantes, sem nenhum tipo de discriminação, assegurando qualidade de educação.

É certo que a inclusão, para ser efetiva precisa de um trabalho longo e questionar vários fatores que permeiam a problemática, primeiro para que se entenda a inclusão é primordial compreender os processos da exclusão: como se efetiva em nossa sociedade? Quem são os excluídos? Como podem ser incluídos? Será que a inclusão atual é posta em prática? Realmente inclui ou exclui? Deve-se ter um entendimento aprofundado, sendo necessário explicitar estes termos de forma reflexiva, no caso da educação escolar, deve-se pôr em evidencia a qualidade da educação de forma mais ampla. Será que a escola pública brasileira esta preparada para atender estes alunos? Só ao frequentar a escola regular ele está incluso? É preciso reformulação da instituição escolar como um todo, envolvendo: novos investimentos governamentais, a gestão, formação continuada de professores, em vista uma prática em sala de aula renovadora que atenda às necessidades individuais e participação de todos.

Portanto, com a preocupação de analisar a problemática da inclusão, este trabalho objetiva trazer uma reflexão. Partindo dessa visão achamos relevante fazer alguns questionamentos: Qual a concepção de inclusão por parte dos professores? Há uma inclusão efetiva nas escolas? A partir destas interrogações, objetivamos com nossa pesquisa refletir sobre a inclusão de pessoas com deficiência física e/ou com dificuldades de aprendizagem na educação escolar, quais as concepções de inclusão, refletir os processos de inclusão/exclusão e discutir o que é necessário para que haja a inclusão.

METODOLOGIA /MÉTODOS

Para a investigação da problemática em questão, de início buscamos subsídios teóricos, através de revisão bibliográfica: Barroco (2007), Figueiredo (2008), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB (1961/ 1971), Constituição da República Federativa do Brasil (1988), MEC/SEESP (1994), Mantoan (1997,2006) para compreender os processos inclusivos.

Como procedimento metodológico para efetivar os objetivos propostos, foram realizadas entrevistas com três professoras do Ensino Fundamental (séries iniciais). Foi escolhida uma escola da rede pública e uma da rede particular de ensino. As entrevistas seguiram um modelo estruturado, foram feitas individualmente, compostas de oito indagações, as quais ficaram divididas em três núcleos de significações: *Para incluir precisa conhecer; Há professores capacitados e condições inclusivas; Educação Inclusiva discurso ou realidade.*

A análise da pesquisa foi qualitativa, visando não só detectar, mas também interpretar os dados coletados, e possivelmente, apontar soluções de alternativas pedagógicas.

Tendo como base os estudos dos autores envolvidos com a temática em questão, fizemos a análise das respostas das entrevistas, articulando as informações, para que através da triangulação dos dados pudéssemos chegar a um melhor entendimento da problemática em questão.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Por muitos anos, a evidência da exclusão da pessoa com deficiência era bem clara, estes eram colocados à margem da sociedade, eram ignorados e rejeitados.

Durante o século XVII e meados do século XIX, os indivíduos que apresentassem alguma deficiência eram segregados e muitos eram colocados em instituições meramente assistencialistas, onde permaneciam incomunicáveis e privados da realidade, período denominado de institucionalização, o qual perdurou por aproximadamente oito séculos. Nesse momento era enfatizado tratamento da saúde e os aspectos educacionais eram esquecidos (HENNEMANN, 2012).

Já no século XX, o direito de igualdade e oportunidades foi reconhecido, marcando o início dos direitos fundamentais com uma concepção de integração, para Souza (2007, P.14) opção pelo conceito de “norma”, ou “normalização”, prepararia o indivíduo para integrá-lo na sociedade ainda marcada pela a deficiência. O conceito de Integração, que se

referia à necessidade de modificar a pessoa com deficiência assemelhando-a com os demais cidadãos, para só depois ser inserida e integrada no convívio social.

Na década de 80 iniciam-se novas transformações sociais, surgem avanços na medicina, meios de comunicação. Surgindo agora a idéia da “aldeia global”, definindo novos rumos nas relações entre países e sociedades diferentes. Na década de 90, pode-se constatar que a diversidade enriquece e humaniza a sociedade, quando reconhecida, respeitada e atendida em suas peculiaridades (HENNEMANN, 2012).

Um novo modelo, denominado Paradigma de Suportes passa a existir, buscando uma nova prática social, construindo espaços inclusivos, garantindo o acesso imediato e favorecer a participação de todos nos equipamentos e espaços sociais, ou seja, uma participação de uma sociedade para todos.

A inclusão é um processo o qual difere da integração, ela busca um ajustamento da sociedade com as necessidades de seus membros, e assim buscando uma transformação na perspectiva educacional, não sendo apenas papel da escola, mas de todos que fazem parte dela. É o que reafirma Mantoan:

As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança na perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoiam a todos: professores alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral (1997.p.121).

A constituição Federal de 1988 estabeleceu como objetivo fundamental, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

A lei garante direito de todos terem uma educação inclusiva, porém deve haver mudanças de valores, atitudes e práticas educacionais para atender a todos os estudantes, sem nenhum tipo de discriminação, assegurando qualidade de educação.

Apesar da inclusão de crianças com deficiência na escola regular não ser algo novo, como mostra a trajetória histórica da educação inclusiva, muitas ações deverão ser feitas para alcançar um patamar desejado, visto que a inclusão implica em mudanças de paradigmas.

Desde muito antes de a constituição garantir esse direito de igualdade já havia dispositivos legais em busca de uma sociedade para todos. A Organização das Nações Unidas (ONU) órgão internacional elaborou vários documentos visando o desenvolvimento de políticas públicas para os seus países membros, dentre eles o Brasil.

Em 1948 foi proclamada a declaração Universal dos Direitos Humanos, na qual reconhece que:

Artigo I -Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade; **Artigo II** -Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição; **Artigo VII** -Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação; **Artigo XXVI** -1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito. 2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. 3. Os pais têm prioridade de direito n escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos; **Artigo XXVII** - 1. Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios.

Em março de 1990 ocorreu a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, na qual foi proclamada a Declaração de Jomtien, um documento que “a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro”. O Brasil estava participando da mesma, os resultados dessa declaração foram vistos na implantação do Plano Decenal de Educação para Todos, foi elaborado em cumprimento às resoluções dessa conferência, assumindo o compromisso de erradicar o analfabetismo e universalizar o Ensino Fundamental no país.

Outro documento muito importante para a educação foi a Declaração de Salamanca (1994) proclamada na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, em Salamanca (Espanha), em junho de 1994, teve como objetivo específico a discussão sobre “Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais”. Nessa conferência participaram noventa e dois governos e vinte cinco organizações internacionais, tendo como um dos princípios a “busca pela melhoria do acesso à educação para a maioria daqueles cujas necessidades especiais ainda se encontram desprovidas”. Com essa publicação a educação ganha força e instiga os países, inclusive o Brasil, a nortearem ações para desenvolverem uma pedagogia capaz de educar com êxito a todas as crianças e as suas respectivas necessidades. É que confirmamos no item três da declaração de Salamanca:

3. Nós congregamos todos os governos e demandamos que eles: atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais. Adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma. (1994. p.1-2)

O estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, promulgada em 13 de julho de 1990, dispõe, em seu Art.3º, que “a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes por lei, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.”

No que se refere à Educação, o ECA estabelece, em seu Art. 53, que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”, assegurando:

I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II. Direito de ser respeitado por seus educadores; III. Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. (ECA, 1990)

O Art. 54 diz que “é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente”:

I. Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria; II. Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; III. Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; IV. Atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (ECA, 1990).

Todas essas resoluções e pareceres têm por finalidade provocar transformações necessárias para que a educação inclusiva se torne eficiente. Porém a dimensão da igualdade deve ser mais bem compreendida, a inclusão depende do rompimento com paradigmas que são colocados pela sociedade, as pessoas devem perceber que incluir não é dar lugar ao diferente, e sim reconhecer que cada um tem seu lugar, e tem o seu direito de ser diferente respeitado.

INCLUSÃO VERSUS EXCLUSÃO

A sociedade capitalista cria concepções de homem, caracterizadas pelo egoísmo, o individualismo, consumismo produzindo um modelo de sociedade excludente. Como atualmente estamos em uma época de incentivo à inclusão, é necessária uma reflexão, principalmente na lógica da educação escolar.

A inclusão ganhou destaque na década de 90, segundo Barroco (2007, p.159) “A temática da inclusão põe em destaque necessariamente o estudo da exclusão”, para compreender a inclusão deve-se ter um melhor aprofundamento sobre a exclusão. Pois nosso modelo de sociedade põe a idéia de que todos são participativos efetivos, mas de diferentes modos. Na lógica do capital, há uns que participam usufruindo e outros restam ficar de fora desta. Barroco afirma que a lógica da exclusão ainda precisa ser analisada de uma maneira mais crítica e ampla

Precisa, ainda, ser mais abordada e compreendida, subsidiando as propostas e intervenções pedagógicas voltadas para os interiores das salas de aula. Professores, alunos e pais. Adjetivados diferentes maneiras (confusos, interessados, desmotivados, agressivos, coerentes, estudiosos, etc.), tem estabelecidos relações interpessoais nada educativas, posto que não tem levado a um estado de maior consciência a respeito de se mesmo e do mundo (BARROCO, 2007, p.160)

Pois a sociedade onde predominam mudanças, novas tecnologias vai requerer novas formas de vida e maiores conhecimentos, para isso é importante o acesso a uma educação de qualidade, mas parte da população está fora desta realidade. Outra questão é a pretensão de escola única, mas como, se estamos envolvidos por diferenças e consequentemente desigualdades.

A escola tem um longo e complexo trabalho tendo em vista superar a exclusão, precisa “ensinar os indivíduos a valorizar o trabalho socialmente útil e aprender a realizá-lo” (BARROCO, 2007, p. 173), valorizando-o como cidadão, participativo independente da sua condição como sujeito, para tal deve haver novas concepções de sociedade, educação, indivíduo e coletividade.

INCLUSÃO ESCOLAR

A educação inclusiva na escola tem como objetivo dar oportunidade de acesso ao ensino de qualidade na escola regular para aqueles que porventura tenham alguma particularidade especial, que de certa maneira poderá prejudicar seu processo de aprendizagem, esta perspectiva de educação inclusiva é assegurada pelo MEC e regulamentada pelo Decreto nº 6571 de 17/09/2008, o AEE (Atendimento Educacional especializado). Este, segundo Figueiredo (2008, p.1) engloba “alunos que apresentam deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação”. A autora destaca que o AEE¹ visa buscar uma reflexão das práticas pedagógicas e concretizar a formação do cidadão democrático e participativo. Na sua conceituação define o mesmo deve

Identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação

¹ Atendimento Educacional Especializado - AEE- destinado aos alunos público alvo da educação especial. Este atendimento privilegia o desenvolvimento dos alunos e a superação dos limites intelectuais, motores ou sensoriais. Visa especialmente, o acesso ao conhecimento, permitindo ao sujeito sair de uma posição passiva e automatizada diante da aprendizagem para o acesso e apropriação ativa do próprio saber. O Atendimento Educacional Especializado tem como objetivo dar apoio complementar à formação dos alunos que apresentam deficiência física, mental, sensorial (visual e pessoas com surdez parcial e total).

dos alunos, considerando as suas necessidades específicas... complementar e suplementar a formação dos alunos com vista a autonomia e independência na escola e fora dela (FIGUEIREDO 2008, p.1)

O AEE deve atender aos alunos para completar, acompanhar e desenvolver o ensino que insere, inclui como ser ativo e participativo, seja qual for sua dificuldade ou deficiência. Este programa realiza-se através da sala de recursos multifuncionais implantadas nas escolas, é obrigatória por lei, embora em muitas escolas ainda não se encontre. Mas esta, por sua vez, não é suficiente, é preciso que haja uma substancial mudança na instituição escolar.

De acordo com a nova política de educação inclusiva especial na perspectiva da educação inclusiva os sistemas de ensino devem organizar para oferecer a todas as crianças, não somente o acesso e a permanência na escola, mas também, os serviços educacionais que forem necessários para garantir a aprendizagem escolar (FIGUEIREDO, 2008, p.2)

Tomando com base a idéia de Figueiredo, observa-se que a educação escolar brasileira tem um desafio, pois as condições atuais da escola pública são alarmantes em todos os seus aspectos, não consegue dar conta dos papéis que deve exercer.

A autora também coloca em evidência o papel do professor, declara que o incentivo a uma participação destes alunos especiais é fundamental que o professor realmente acredite em uma possível participação da criança e seja um incentivador tanto das crianças especiais, quanto das outras que convivem com elas.

Para esta educação, o professor deve ter condições que a favoreçam, isto envolve formação continuada, espaço físico adequado, materiais e equipamentos que lhe ajude a realizar um trabalho mais eficiente, ser um profissional aberto à inclusão e que incentive todos os seus alunos ao mesmo, em vista buscar o respeito às diferenças e de certa maneira minimizar as desigualdades.

O professor, em sua prática pedagógica, não resolve o problema, a participação de todos é essencial, a gestão escolar é indispensável para uma formação democrática, esta por sua vez ajudará na “valorização do papel social do aluno só possível na medida em que ele é reconhecido por pares como uma pessoa que traz uma contribuição mesmo que seja modesta, desenvolvendo os saberes, de saber- fazer ser coletivo” (FIGUEIREDO, 2008, p.4). Este trabalho conjunto, comunicativo possibilitará a implementação de um ensino de respeito às diferenças, às especificidades de cada aluno. Mas não basta incluir o aluno, é preciso e é primordial a escola dar oportunidades

e responder às especificidades das crianças especiais, priorizando e considerando o seu desenvolvimento.

A falta de uma formação continuada para os professores prejudica no campo da educação inclusiva, para que as mudanças nas escolas aconteçam de fato é necessário que os professores estejam bem preparados para lidar com esse tipo de situação, não basta apenas matricular o aluno na escola, sem que haja primeiramente um suporte adequado para garantir sua permanência, segundo Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no 9.394/96 (Brasil, 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

A lei está garantindo esses direitos, mas a prática não está condizente com a teoria, o que se observa é, educadores sem nenhum preparo pedagógico que atendam as necessidades e as expectativas de cada sujeito da educação, ou seja, não estão especializados para acolher esses alunos nas classes comuns, gerando assim um desconforto tanto por parte do educador bem como do educando.

Já existem universidades que implantaram em seu currículo disciplinas referentes à inclusão de crianças com necessidades especiais em sala de aulas comuns, porém o que se observa é, na sua grande maioria, profissionais despreparados para essa área, para Rodrigues (2006, p. 306) ainda há muitas “queixas de professores em relação à formação para atender alunos com dificuldades em sala de aula”, segundo Campos (2002), citado por Rodrigues (2006):

Um professor não é um técnico (no sentido de aplicar técnicas relativamente normalizadas e previamente conhecidas) nem é um funcionário (isto é, uma pessoa que executa funções enquadradas por uma cadeia hierárquica perfeitamente definida). A profissão de professor exige uma grande versatilidade dado que se lhe pede que aja com uma grande autonomia e seja capaz de delinear e desenvolver planos de intervenção em condições muito diferentes. Para desenvolver esta competência tão criativa e complexa não basta uma formação acadêmica; é necessária também uma formação profissional. A outra questão encontra-se ligada a necessidade de uma formação em serviço. A gestão de uma classe

(necessariamente) heterogênea exige que esta gestão seja feita com base numa permanente avaliação e reflexão em grupo sobre as melhores estratégias a serem desenvolvidas; (...) gestão inclusiva (...) adquirida por meio de uma prática continuada, reflexiva e coletiva (...).

A formação de professor não deve ser vista apenas como uma forma de conhecer as deficiências, mas que haja reflexão de quais ações e estratégias serão utilizadas no processo didático pedagógico, para que assim, o futuro professor possua um entendimento que possibilite iniciar um trabalho de pesquisa, buscando assim um conhecimento contínuo que busca realmente conhecer para incluir e não para justificar a segregação.

Um dos grandes desafios do professor é justamente desenvolver uma pedagogia que atenda as particularidades de cada aluno, a formação deve ser compreendida não apenas como apenas aspectos instrumentais, mais que tenha uma constante reflexão e questionamento da própria prática, capaz de romper com paradigmas e sustentar na constante e progressiva mudança educacional, dessa maneira possibilitando a criação de escolas públicas de qualidade para todos.

Para isso o papel do professor deve ser bem definido, é preciso que haja um questionamento por parte do professor sobre como encara sua prática, como concebe seus alunos, pois, suas ações determinarão qual tipo de ensino pretende-se alcançar, o de integrar ou de incluir.

PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Historicamente a educação é caracterizada como exclusiva, delimitando-se a privilégios a determinados grupos, que é uma reprodução do sistema social vigente. Para superar as práticas discriminatórias, a educação inclusiva assume um papel importantíssimo, promovendo assim uma nova organização da escola e classes especiais, que precisam ser repensadas para atender às especificidades de cada aluno, mas as mudanças não devem ser apenas estruturais da escola, culturais também.

O atendimento educacional às pessoas com deficiência está fundamenta pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

Com os avanços dos conhecimentos e conquista de lutas, em 1987 são efetuadas políticas públicas de acesso universal à educação, uma delas foi criada no MEC, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação; ainda configuradas por campanhas assistenciais e ações isoladas do Estado.

A constituição Federal de 1988 tem como um dos seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

A lei garante direito de todos terem uma educação inclusiva, porém deve haver mudanças de valores, atitudes e práticas educacionais para atender a todos os estudantes, sem nenhum tipo de discriminação, assegurando qualidade de educação.

Para Ropoli et al,

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Para que essa escola possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão. (p.9, 2010)

Não basta apenas ter a garantia dos direitos perante as leis, deve-se fazer valer esses direitos na prática. O ambiente escolar é um local propício para combater essas práticas de exclusão, visto que dentro dele há uma diversidade de culturas, raças, formas de vida, ou seja, um campo propício para se romper com os paradigmas impostas pela nossa sociedade, mais para isso a escola deve está aberta as mudanças -seja de conceitos, práticas pedagógicas e/ou educacionais- para que assim possa propor realmente uma escola inclusiva e para todos. Para que haja inclusão não basta somente o aluno estar matriculado em uma escola de ensino regular.

É o que aponta Figueiredo:

Uma política de vanguarda não garante a acessibilidade aos saberes escolares se não houver uma verdadeira transformação no interior da escola. Faz-se necessário concretizar no cotidiano dessa instituição o que já está assegurado por lei. Não basta garantir a acessibilidade, é preciso criar as condições para que a escola se transforme em espaço verdadeiro de trocas que favoreçam o ato de ensinar e aprender. Neste sentido nosso país ainda tem um importante caminho a percorrer para assegurar educação a todos os jovens, crianças, adultos e adolescentes que integram o sistema público de ensino. (2008, p.1)

A escola deve ser um ambiente o qual os alunos possam se sentir seguros e fazendo parte dele como um todo, pois, estar apenas dentro dela não significa fazer parte dela, a participação deve ser efetiva, como está escrito na Declaração de Salamanca (1994) que a escola é quem deve se adaptar ao aluno e não os alunos a ela, e quando se fala em inclusão não está apenas se direcionando a crianças com deficiências, mais a todas, pois, não sendo assim a inclusão só aconteceria no papel. A escola inclusiva é aquela que exalta a diversidade e se sente responsável pelo desenvolvimento do seu alunado, independente de suas limitações ou deficiências.

A Declaração de Salamanca ressalta o que vem a ser a expressão “necessidades educativas especiais”

refere-se a todas as crianças e jovens cuja carência se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares. Muitas crianças apresentam dificuldades escolares e, conseqüentemente, têm necessidades educativas especiais, em determinado momento da sua escolaridade.

A escola inclusiva deve romper com as rotulações de que ser diferente significa incapacidade, visto que, todos somos diferentes e cada tem uma necessidade especial, a educação inclusiva deve ser percebida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer todos os aluno no sistema educacional e como um meio de garantir que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, uma educação de qualidade para todos assim como determinado na constituição. Para que todos se sintam cidadão de direitos, reconhecendo os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, bem como a diversidade de cada um, e sintam se também valorizados igualmente. Na prática há um grande equívoco em relação ao que realmente é inclusão, é o que destacam os autores:

Os encaminhamentos dos alunos às classes e escolas especiais, os currículos adaptados, o ensino diferenciado, a terminalidade específica dos níveis de ensino e outras soluções precisam ser indagados em suas razões de adoção, interrogados em seus benefícios, discutidos em seus fins, e eliminados por completo e com urgência. São essas medidas excludentes que criam a necessidade de existirem escolas para atender aos alunos que se igualam por uma falsa normalidade – as escolas comuns – e que instituem as escolas para os alunos que não cabem nesse grupo – as escolas especiais. Ambas são *escolas dos diferentes*, que não se alinham aos propósitos de uma escola para todos. (ROPOLI et al, 2010 p. 6)

De acordo com o dicionário da língua portuguesa o significado da palavra incluir é inserir, envolver, implicar, abranger, isso quer dizer que para que realmente a educação inclusiva deve inserir o indivíduo no meio educacional, mas não só isto, deve-se também envolvê-lo participando efetivamente da vida escola e social e ao mesmo tempo proporcionando uma abrangência de suas relações e desenvolvimento de suas capacidades cognitivas. A palavra excluir é definida, de acordo com o dicionário da língua portuguesa, como expulsar, retirar, omitir, ser incompatível com, rejeitar, ou seja, ao segregar um criança está omitindo seus direitos, rejeitando e expulsando-a do meio social de forma que a destaca como incompatível como meio que está inserido.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Para que o processo de inclusão possa ser concretizado na escola é essencial um instrumento que possibilite nortear e legitimar suas linhas de ações e diretrizes propostas para se alcançar a aprendizagem e participação todos os alunos na escola, enfim uma educação de qualidade para todos. Este instrumento é o PPP (Projeto Político Pedagógico), através do mesmo possibilite a reflexão e a busca de soluções de conflitos das interações interpessoais e as práticas educativas.

Na perspectiva de Viega,

o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado

em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. (2002, p.12- 13).

O Projeto Político Pedagógico deve ter como princípio definir o papel da escola no processo educativo, planejando suas ações, ou seja, ser um registro de significados que serão colocados na prática do processo pedagógico, bem com servirá para nortear as ações subsequentes.

Para que o PPP seja considerado democrático, todos os envolvidos - ligados diretamente, como também indiretamente (pais, funcionários)- no processo educacional devem participar da construção do mesmo, para Veiga (2002), essa participação não deve ser imposta como uma forma de fazer os professores, funcionários, a equipe escolar de trabalhar mais, ou até mesmo realizar uma mobilização para que estes participem de forma espontânea, o que se deve buscar é “propiciar situações que lhes permitas aprender a pensar e realizar o fazer pedagógico de forma coerente”.

A LDBN - Lei N°. 9.394/96- destaca

Art. 3°. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...)

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino(...)

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica(...)

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Perante aos meios legais fica evidente a necessidade e obrigatoriedade dos estabelecimentos de ensino a criação de um projeto pedagógico, que venha nortear suas

ações, mas que não devendo ter apenas a participação dos profissionais da educação, mais de todos os envolvidos, destacando que a proposta deve ser construída com base em uma gestão democrática.

Seguindo os enfoques legais Veiga, destaca alguns princípios que deverão nortear o Projeto Político Pedagógico, que são:

a) Igualdade de condições para acesso e permanência na escola. (...)

b) Qualidade que não pode ser privilégio de minorias econômicas e sociais. (...)

c) Gestão democrática é um princípio consagrado pela Constituição vigente e abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira. (...)

d) Liberdade é outro princípio constitucional. O princípio da liberdade está sempre associado à idéia de autonomia. (...)

e) Valorização do magistério é um princípio central na discussão do projeto político pedagógico. (...) (2002, p.16 – 20)

Veiga (2002) aponta “as finalidades da escola, a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisão, as relações de trabalho, a avaliação” com elementos básicos para que haja uma reflexão na organização do trabalho pedagógico.

A partir da construção do PPP, a escola possibilita a implantação de uma educação para todos, construída coletivamente, favorecendo a promoção de respeito, tolerância, formando cidadãos críticos e conhecedores de seus direitos e deveres. Facilitando assim para a construção de uma educação inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram criados três núcleos de significação, que vem tratar dos objetivos propostos no referido trabalho, enfatizando o que os professores destacaram como de fundamental importância para a problemática da educação inclusiva na rede. São eles:

1. Para incluir precisa conhecer

Neste primeiro núcleo de significação, foi indagado o que as professoras entendiam por inclusão, percebemos na fala da professora C, que a inclusão é vista como direito que é preestabelecido em lei:

Trata-se do acesso de todos independentes de raça, cor, deficiência, entre outros, à escola e a uma educação de qualidade (Professora C).

Para as professoras A e B, a marca destacada da inclusão está referida no acesso ao ensino regular, conforme recorte:

Entendo como participação dos indivíduos que apresentam alguma deficiência física, psicológica ou de aprendizagem nas escolas regulares (Professora A).

É o processo que favorece aos indivíduos a oportunidade de um ensino igualitário para todos, os tidos “normais” e com deficiência (Professora B).

Conforme Mantoan (2006, p.19)

(...)a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge somente os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

A aceitação e a valorização da diversidade são valores que norteiam a inclusão, não só dentro das escolas, mas de uma sociedade como um todo, se a inclusão for somente para os que apresentam dificuldades estará havendo uma separação, a inclusão deve

provocar o respeito mútuo, reconhecendo os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, pois ninguém é igual ao outro, cada um tem sua especificidade. Na fala da professora A, marca a participação apenas de uma parte dos envolvidos, já para a professora B deve haver uma inter-relação, *os tidos “normais” e com “deficiência”*.

Os professores, ao serem questionados sobre que pessoas podem ser classificadas como excluídas na educação e de que maneira devem ser incluídas, percebemos que a professora B tem uma visão mais ampla de quem são os excluídos, a professora A limitou-se em sua resposta e não soube responder de que forma seria possível inclui-los, conforme recorte:

Cegos, surdos e mudos, os que apresentam deficiência na aprendizagem etc. (Professora A).

Na verdade são os deficientes físicos, mentais, com leve deficiência, surdos, pessoas que por algum motivo não chegaram aos bancos escolares, ou até foram à escola, mais desistiram (jovens e adultos), entre outros. Seria necessária uma conscientização a priori, para que as pessoas percebessem a importância destes na sociedade, haja vista que cada ser desenvolve suas habilidades de forma diferenciadas (Professora B).

Alguns aprendem de forma mais lenta, que tem dificuldade de aprendizagem. Estes podem ser incluídos através da interação com os colegas da sala, em formação de grupos com subsidio e orientação do professor, não tachando o aluno deixando-o isolado (Professora C)

A professora C foi bem consistente em sua fala, ao destacar a importância da posição tomada pelo professor em sala de aula, pois suas ações em sala de aula poderão ajudar ou dificultar o processo de inclusão. Vale ressaltar que o professor sozinho em sua prática pedagógica não resolve o problema, a participação de todos é essencial para uma formação democrática, esta por sua vez ajudará na formação social do aluno, uma contribuição mesmo que seja modesta, desenvolvendo os saberes.

Para completar esse primeiro núcleo de significação, os professores discorreram como eles analisam o processo de inclusão com as dificuldades de aprendizagem:

Acredito que do jeito que está a tendência é piorar cada vez mais a dificuldade desses alunos (Professora A)

É preciso perceber as necessidades do aluno para assim promover o ensino de qualidade, pois sabemos o alto índice de dificuldade na aprendizagem, e por isso é favorecendo um trabalho que atenda as especificidades que teremos um nível de aprendizagem mais satisfatória (Professora B).

Como um processo que deixa muito a desejar, que na verdade não inclui e não desenvolve uma aprendizagem de qualidade, que necessita de profissionais capacitados, e uma estrutura física da escola adequada e recursos que venha a melhorar esse processo (Professora C).

Conforme Barroco (2007) é necessário se rever relações sociais que imprimem determinados valores e práticas, que interferem nas propostas de intervenção pedagógicas voltadas para o interior das salas de aula.

Os professores devem acreditar em uma possível participação das crianças sejam elas especiais ou não, porém devem ter um aparato instrumental e teórico para que assim assumam o seu verdadeiro papel.

2-Há professores capacitados e condições inclusivas

Neste núcleo de significação, as professoras, ao serem indagadas se haveria inclusão na escola e se estaria atendendo às necessidades, se expressaram de forma marcante, conforme os recortes:

Sim, mas não encontramos suporte para trabalhar as deficiências apresentadas pelos os alunos, assim essa inclusão não atende as necessidades (Professora A).

Não (Professora B).

Sim, porém não atende todas as necessidades, visto que não a capacitação, recursos de apoio, além do compromisso real dos professores em fazer a diferença, não só do mesmo, mais de todos que trabalham na escola (diretor, supervisor, etc.) e por não haver um psicólogo (Professora C).

Percebemos que as professoras se sentem inseguras para trabalhar com alunos com necessidades especiais, culpam por isso o sistema de ensino, que deveria dar uma educação de qualidade, com um trabalho coletivo, é o que sinaliza também a professora A. O discurso da professora A e professora C são similares, referentes a um apoio de profissionais especializados e a formação, bem como os recursos, são importantes para que se possa desenvolver um bom trabalho pedagógico no campo da inclusão.

Eles continuam destacando a formação continuada para os professores, quando discorrem se os professores dentro da sala de aula estão preparados para trabalhar com inclusão, conforme recorte:

Não, é necessário um preparo maior para atendermos as necessidades desses alunos, eu mesmo, não me considero preparada (Professora A).

Acredito se fosse necessário, com certeza os professores teriam respaldo para trabalhar neste processo de inclusão (Professora B).

Não (Professora C).

A fala da professora B é um pouco diferente das demais professoras, visto que em perguntas anteriores ela ressalta que não há inclusão em sua sala de aula.

Para que a escola seja reconhecida como um ambiente onde todos têm a capacidade de aprender, é necessário que o docente tenha uma formação que possibilite atender às diversidades do seu alunado. Segundo Manton (2006) o sistema de ensino deve ser:

(...) comprometido com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais. (p.57)

3. Educação inclusiva discurso ou realidade

O terceiro núcleo de significação em busca de uma reflexão da realidade em confronto com a prática, indagou às professoras sobre a inserção de alunos com deficiência de ordem biológica (cego, surdo, etc.) na escola regular: inclui ou exclui?

Exclui, pois, não há professores preparados para atendê-los (Professora A).

Acredito que este aluno será incluído, pois desde cedo tendo contato com os “ouvintes”, terá a capacidade de conhecer e aprender novas habilidades que não estão inseridas no mundo deles (Professora B).

Exclui, visto que não há profissionais capacitados, estruturas físicas adequadas e recursos adequados (Professora C).

As repostas das professoras A e C são similares e complementares, destacando sempre a formação continuada adequada para os docentes, bem como recursos e materiais. A professora B segundo relatos, na sua escola não há inclusão, porém no seu discurso ela apoia o processo de inclusão em escolas regulares.

Figueiredo (2008) coloca em evidência o papel do professor, declara que o incentivo a uma participação destes alunos especiais é fundamental que o professor realmente acredite em uma possível participação da criança e seja um incentivador, tanto das crianças especiais, quanto das outras que convivem com elas.

Para esta educação, o professor deve ter condições que a favoreça, isto envolve: capacitação, espaço físico adequado, materiais e equipamentos que lhe ajude a realizar um trabalho mais eficiente, ser um profissional aberto à inclusão e que incentive todos os seus alunos ao mesmo, em vista buscar o respeito às diferenças e de certa maneira minimizar as desigualdades.

A posição, de cada professora entrevistada, em relação ao discurso de inclusão foi destacada pelas professoras da seguinte forma:

Que é muito bonito, mas na teoria, pois, na prática não acontece (Professora A).

Ainda é um discurso que na minha ótica não foi concretizado. Infelizmente, encontra-se em passos lentos para chegar ao ideal de uma educação inclusiva (Professora B).

Eu concordo com a inclusão na escola regular, porém com profissionais capacitados, com apoio em recursos, estruturas, secretaria de educação, ou seja, que haja compromisso realmente com todos os apoios possíveis e participação de todos (Professora C).

Para as professoras, o discurso de inclusão está ainda só no papel, na realidade eles ainda não estão preparados para romper com paradigmas impostos pela própria sociedade, mesmo diante de tantas conquistas através das manifestações e por decretos de lei. Para que a inclusão aconteça é necessário que haja realmente modificação de atitudes, de

espaços, de objetos e de práticas sociais. Sassaki (1999, p.42) enfatiza que “quanto mais sistemas comuns da sociedade adotarem a inclusão, mais cedo se completará a construção de uma verdadeira sociedade para todos a sociedade inclusiva”.

Para finalizarmos esse terceiro núcleo de significação, perguntamos para as professoras se é possível formar cidadãos participativos socialmente que sofreram processos de exclusão. As respostas obtidas foram bem similares e positivas para o processo de inclusão:

É difícil, mas não impossível, temos que acreditar que como educadores poderemos ajudar a formar uma nova postura de vida nesses alunos (Professora A).

Com certeza, mas será um processo lento e sobre tudo cauteloso (Professora B).

Não é impossível, porém difícil, pois muitos depois de passar por esta situação de exclusão tendem a se isolar do mundo a sentir-se inferior incapaz (Professora C).

Segundo Ferreira (2005), a inclusão é algo possível e necessário.

A Educação Inclusiva surgiu, e vem crescendo no mundo inteiro, com base no pressuposto de que toda criança tem direito à educação de qualidade e de que, portanto, os sistemas educacionais têm que mudar para poder responder a essas necessidades. Na educação inclusiva defendemos que todas as crianças são especiais e, por isso mesmo, devem receber o que a escola tem de melhor – em outras palavras todas as escolas devem ser especiais. (...) A Educação Inclusiva, portanto, não diz respeito somente às crianças com deficiência – cuja grande maioria no Brasil ainda permanece fora das escolas, porque nós nem tentamos aceitá-las – mas diz respeito a todas as crianças que enfrentam barreiras: barreiras de acesso à escolarização ou de acesso ao currículo, que levam ao fracasso escolar e à exclusão social. Na verdade, são essas barreiras que são nossas grandes inimigas e devem ser foco de nossa atenção para que possamos identificá-las, entendê-las e combatê-las. (p.41-42)

Para que possamos entender a inclusão, é necessário que percebamos as diferenças, pois cada um tem suas características físicas, gostos, cultura, ou seja, nenhum ser humano é igual ao outro.

É o que fundamenta Carvalho (2004)

O discurso fundante calcado, numa racionalidade objetiva em torno das deficiências e organizado como retórica social, histórica e econômica gerou, no imaginário social, um sujeito fundado como deficiente, incapaz e improdutivo porque percebido apenas em suas limitações qualquer que seja a manifestação objetiva de sua deficiência. (p.54).

Porém conceitos devem ser revistos na nossa sociedade, a qual exclui um indivíduo mediante as características que diferenciam dos padrões sociais vigentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste artigo foi refletir sobre a problemática da inclusão, bem como a exclusão, visto que para se incluir é preciso compreender a temática da exclusão, sendo assim, percebemos que a escola tem um longo e complexo trabalho, tendo em vista superar a exclusão, precisa “ensinar os indivíduos a valorizar o trabalho socialmente útil e aprender a realizá-lo” (BARROCO, 2007, p. 173), para isso, é preciso valorizá-lo como cidadão participativo, independente da sua condição como sujeito, para tal deve haver novas concepções de sociedade, educação, indivíduo e coletividade.

Um dos grandes desafios está atrelado à concepção que a sociedade tem das pessoas com necessidades especiais, rotulando-as como incapazes, para que haja avanços no processo inclusivo, é necessário o rompimento de determinados paradigmas que são impostos pela sociedade, visto que incluir não é dar um lugar ao diferente, e sim reconhecer que cada um tem seu lugar, e tem o seu direito de ser diferente respeitado, pois, a aceitação e a valorização da diversidade são valores que norteiam a inclusão, não só dentro das escolas, mas de uma sociedade como um todo, se a inclusão for somente para os que apresentam dificuldades, estará havendo uma separação, a inclusão deve provocar o respeito mútuo, reconhecendo os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, pois ninguém é igual ao outro, cada um tem sua especificidade.

Percebemos que garantir somente a acessibilidade não basta, é necessário criar condições nas quais a escola se transforme em espaços verdadeiramente de inclusão, que favorecem o ato de ensinar e de aprender, é preciso que haja uma reflexão das práticas pedagógicas e concretizar a formação do cidadão, democrático e participativo, faz-se necessário concretizar, no cotidiano das instituições, o que já está assegurado por lei.

Incluir os alunos não é o bastante, é preciso que a escola dê oportunidades e responda às necessidades das crianças especiais, priorizando as especificidades de cada uma, mas este trabalho deve ser realizado em conjunto, o professor sozinho não resolverá o problema, é preciso que este trabalho seja comunicativo, com a implantação de um ensino que respeite as diferenças de cada aluno.

Diante das investigações propostas com as professoras, tanto da escola pública bem como da escola particular, fica evidente o despreparo das escolas em geral de se instituir uma educação inclusiva. Faltam professores capacitados, pois notamos nos relatos inseguranças por parte das professoras para trabalhar com alunos com necessidades especiais, este despreparo está relacionado à falta de capacitações e formações continuadas específicas que as escolas deixam a desejar a seus funcionários, além disso, faltam também recursos, como espaços físicos adequados, materiais e equipamentos apropriados para que seja possível realizar um trabalho que atenda a todos, e assim garantir uma educação como determina a lei.

É de fundamental importância destacar quem são os responsáveis para uma educação inclusiva, pois muitas vezes deposita-se a culpa apenas nos professores, que na verdade sozinhos não são capazes de promover tal educação, sabe-se que o papel do professor contribui, incentivando a participação dos alunos com deficiência, quantos também das demais crianças, em vista a busca pelo respeito às diferenças e de certa maneira minimizar as dificuldades, ou seja, estar aberto à inclusão, mas a participação de todos é necessária, sejam eles pais, gestão escolar, funcionários e toda a sociedade.

Incluir não significa estar dentro de uma escola de sistema regular, é preciso que a participação seja efetiva, a escola é quem deve se adaptar ao aluno e não os alunos a ela, quando se retrata a inclusão é importante compreender que não se direcionando apenas a crianças com deficiências, mais a todas, pois, não sendo assim a inclusão só aconteceria no papel. A escola inclusiva é aquela que exalta a diversidade e se sente responsável pelo desenvolvimento do seu alunado, independente de suas limitações ou deficiências. A escola inclusiva deve romper com as rotulações de que ser diferente significa incapacidade, visto que, todos somos diferentes e cada tem uma necessidade especial, a educação inclusiva deve ser percebida como uma tentativa a mais de atender às dificuldades de aprendizagem de todos os alunos no sistema educacional e como um meio de garantir que os alunos que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, uma educação de qualidade para todos assim como determinado na constituição.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Sonia Mari shima. Psicologia e educação: da inclusão e da exclusão ou da exceção e da regra. In: MEIRA, M. E. M. & FACCI, M. G. D. (orgs.). **Psicologia histórico-cultural: contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2007. Pags.155-183.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acessado em: 10 de novembro de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

_____. Ministério da Educação. Decreto No 6.571, de 17 de setembro de 2008. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm acessado em: 10 de agosto de 2013.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDBN 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva: com os pingos nos "is". Porto Alegre: Mediação, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Miniaurélio Século XXI Escolar: o mini dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001

FERREIRA, Windyz Brazão. Educação Inclusiva: Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos???? **Inclusão- Revista da Educação Especial**. p.40-46, Out/2005.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. A Escola de Atenção às Diferenças Disponível em: <http://www.bancodeescola.com/a-escola-de-atencao-as-diferencas.htm>. Consulta em: 10/11/2012.

HENNEMANN, Ana Lúcia. Trajetória da Educação Inclusão. 2012. Disponível em: www.neuropsicopedagogianasaladeaula.blogspot.com.br. Acesso em: 16/08/2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

_____. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: M. T. E. MANTOAN; R.G. PIETRO (org). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus. 2006.

RODRIGUES, David. Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. In: RODRIGUES, D. Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. Sannus. São Paulo, 2006, p. 300 a 318.

ROPOLI, Edilene Aparecida. et al. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar a escola comum inclusiva. Universidade Federal do Ceará – UFC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducospecial.pdf>. Acessado em: 24 de agosto de 2013.

SASSAKI, Romeu Kasumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro. WVA, 1999.

SOUZA . Amaralina Miranda de. História da Educação Especial e Inclusiva. IN: SOUZA A. M. , RODRIGUES F. L. V.(orgs). Módulo III : Educação inclusiva. Brasília, 2007.

UNESCO (1998).Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acessado em: 17 de agosto de 2013.

UNESCO. Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em:<http://unesdoc.org/images/0013/001393/139394por.pdf>. Acessado em: 17 de agosto de 2013.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14a edição Papirus, 2002.